

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO GRUPO DE
TRABALHO INTERINSTITUCIONAL
INDÍGENA DO SISA EM 2017**

No dia vinte e nove de abril do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Coordenação Regional da Funai no Juruá, situada na Rua Floriano Peixoto número duzentos e trinta e quatro, Bairro Centro, em Cruzeiro do Sul –AC, às nove horas estiveram reunidos os membros do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena (GTI), da Comissão Estadual de Validação e Acompanhamento do Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre. Para iniciar a reunião, a Diretora Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais do Estado do Acre (IMC), Sra. Magaly Medeiros, convidou o Coordenador Regional da Funai no Juruá, Sr. Luiz Valdenir Silva e o Assessor Especial de Assuntos Indígenas do Gabinete do Governador, Sr. José de Lima Kaxinawá para as boas-vindas. O Sr. Luiz Valdenir Silva Nukini deu destaque aos compromissos da equipe com as comunidades indígenas, agradecendo pelo fato de a reunião acontecer no Juruá para discutir parte da política indigenista do estado e sinalizou a importância da inovação nos enfrentamentos e desafios. Em seguida, José de Lima agradeceu a presença dos membros do GTI e comentou sobre o trabalho desenvolvido até aquele momento pelo Grupo, abordou a primeira fase de investimentos, o futuro das decisões e discussões necessárias para o planejamento dos próximos passos a seguir. Agradeceu a toda a equipe presente, pela organização. A Sra. Magaly Medeiros saudou a todos e compartilhou a alegria de realizar aquela reunião no Juruá; agradeceu ao Coordenador Luiz pelo espaço para o desenvolvimento da reunião, agradeceu a todos os presentes. Comentou a luta e as conquistas dos povos indígenas, assinalando o SISA como uma conquista a mais e a necessidade de continuar aprendendo, discutindo e se aproximando das comunidades indígenas para reflexão de um futuro melhor, segundo ela, o que está sendo construído nas terras indígenas tem influências em nível planetário. Comentou sobre a importância dos convênios e as dificuldades enfrentadas, como por exemplo, os períodos difíceis de chuvas muito fortes que terminaram causando enchentes, dificultando e limitando a participação de mais pessoas que fazem parte do grupo. Falou dos avanços, que seriam apresentados durante a reunião, das políticas e das estratégias que devem estar caminhando junto, e o Acre sendo pioneiro em nível mundial em termos de alianças para trabalhar interdisciplinarmente o desenvolvimento sustentável. Solicitou que os representantes comentassem brevemente sobre a primeira oficina de formação em serviços ambientais acontecida recentemente em Marechal Thaumaturgo. Posteriormente, leu a lista de presença e verificou a participação das instituições citadas. Os convidados se apresentaram e na sequência os assuntos de pauta foram apresentados:

1. Informes:

- Atas de reuniões anteriores;
- Oficina de formação sobre o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais;

GTI

- COP 22;
 - Missão de Monitoramento REM Fase 1;
 - Alinhamento entre os Estados e o Governo Federal.
2. Sinergia entre o SISA e a Política de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas;
 3. Breve avaliação dos Avanços e Impactos do Programa REM Fase 1;
 4. Planejamento 2017:
 - Execução REM Fase 1
 - Feira de Resultados 17 a 18 de julho
 - Reunião Indígena EII
 - Reunião do GT Indígena
 - Negociação do REM Fase 2
 - Reunião do GT Indígena
 - COP23
 5. II Edital Indígena: bases de discussão para elaboração da proposta do Edital 2017.

Após apresentação dos temas a serem tratados na reunião, iniciaram-se os informes. A Sra. Magaly Medeiros procedeu à leitura da ata da reunião de vinte e nove de fevereiro de dois mil e dezesseis. A Coordenadora do Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional da Comissão Pró Índio do Acre, Sra. Maria Luiza Ochoa, explicou a dinâmica e logística das Oficinas de Formação do SISA de dois mil e dezessete, conforme planejamento para garantir maior participação dos povos indígenas. Contou que as expectativas foram superadas pela participação de 50 pessoas discutindo as políticas do SISA, os conceitos e desafios. Comentou sobre a importância da presença de lideranças Peruanas e da participação ativa dos convidados, produção de muito material gráfico e escrito, que abordaram a temática em questão. Relatou sua satisfação com os bons resultados, porém ressaltou não ser suficiente e a necessidade de dar continuidade ao trabalho junto com as lideranças e comunidades. Manifestou-se sobre a importância de criar um plano de trabalho em módulos para dar continuidade aos temas. Sr. José de Lima considerou que foi muito boa a participação extensiva dos povos representados por várias lideranças das diversas comunidades convidadas; e comentou ter sido muito interessante ver o envolvimento dos participantes; bem como ter gerado vários encaminhamentos para as regiões, para socializar as discussões trabalhadas. Finalizou descrevendo brevemente a metodologia adotada e alguns dos resultados alcançados, como os materiais produzidos. Sobre a COP 22, ocorrida em dois mil e dezesseis, Sra. Magaly Medeiros explicou que o Acre não havia participado, porque essa COP teve como objetivo avaliar os acordos de Paris e o Acre vinha se fortalecendo e se organizando para atuar na COP 23, com apresentação de resultados. Esclareceu sobre os desafios para fazer alinhamento do programa REDD jurisdicional com o governo federal, pois até aquele momento, as esferas federal e estadual haviam ficado distantes. Comentou a respeito do Fundo Amazônia sendo um programa de REDD, portanto os recursos desse fundo eram provenientes da redução do desmatamento, da compensação ou de doações de governos que tinham muita preocupação com as mudanças climáticas e conservação das florestas. Explicou que até então essas políticas estavam

GTI

desarticuladas. Posteriormente, socializou uma Carta assinada por parlamentares brasileiros presentes na COP 22 (ver anexo), e ressaltou que o representante do governo federal falou, durante a COP 22 em nome do Brasil sem dialogar com os estados e nem com a sociedade civil. Informou também que estava havendo um debate em Brasília, reunião que precisava da participação do GTI, já que o governo tinha uma visão e a sociedade outra, tornava-se necessário melhorar o diálogo. Colocou como ponto favorável, o fato de que o senador Jorge Viana era o relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, e vinha trabalhando essa pauta como prioridade. As metas seriam implantar o cadastro rural e reflorestar. Finalizou colocando que nesse ponto os agentes agroflorestais indígenas teriam um trabalho muito importante por manterem a floresta em pé e recuperarem as áreas que perderam suas florestas. Sr. Waldir Cruz (Funai) complementou que para ter um posicionamento seria necessário ter informação e tempo para entender melhor; precisaria de instrumentalização, levantar as discussões no GTI para levar para as comunidades, conhecer e avaliar a proposta do Brasil, discutir e entender os mecanismos para um posicionamento melhor. Sra. Magaly Medeiros retomou a palavra colocando como necessário discutir mais esses processos, pois apesar do distanciamento, os estados da Amazônia fizeram um acordo em Paris com o MMA em relação ao desmatamento ilegal zero. Vários pontos estavam sendo discutidos através da estratégia nacional de REDD que foi lançada em dois mil e quinze. Foi criada a Comissão Nacional de REDD (CONAREDD), composta por oito membros do governo federal, sociedade civil e comunidades tradicionais, representante do governo subnacional, Acre e Mato Grosso. Disse que era esse o espaço no qual se tratavam os assuntos como: Salvaguardas, Pacto federativo (Discussão de como podem ser feitas as capacitações), Captação de recurso e repartição de benefícios. Nesse sentido estava havendo conversas nestas câmaras com o governo federal. Sr. Joaquim Yawanawa (ASCY) informou que iria participar de um grupo na cidade de Washington, para avaliar os bons exemplos de projetos de REDD que deram certo. Garantiu trazer informações, por que até o momento não existia um próprio projeto indígena de REDD. Posteriormente foram apresentadas informações sobre a avaliação dos Projetos Indígenas financiados pelo Programa REDD *Early Movers* – REM. Sra. Magaly Medeiros destacou que no final do ano anterior, de cinco a doze de dezembro de dois mil e dezesseis, houve a visita da coordenadora do Programa REM, compondo uma missão de monitoramento para conhecer os resultados dos projetos. Além de verificar a redução do desmatamento, avaliar os gastos dos recursos, reuniu-se com alguns beneficiários e um dos destaques foi o trabalho dos agentes agroflorestais indígenas. Apontou a preocupação com os projetos indígenas via Edital, que teria passado por entraves burocráticos, sendo necessário vencer os desafios para superar os atrasos, pois tendo uma boa avaliação dos resultados não poderia ter atrasos na implementação. Outra dificuldade apontada estaria relacionada com a Governança do SISA, principalmente do GTI, que precisava melhorar, revisar o regimento interno e criar estratégias de como fazer uma interação com a CEVA, com mais debate para o REM fase 2. Sr. Joaquim Yawanawa chamou a atenção para que o GTI tivesse uma cadeira dentro da CEVA e indicou a AMAAIAC. Sra. Francisca Arara da OPIAC, pediu a palavra e afirmou ter clareza sobre a política que tratava do Programa REM no Acre, para com os povos indígenas: Formação dos AAFI pelo trabalho nas Terras Indígenas, pagamento das bolsas como incentivo dentro da política de gestão territorial e ambiental, e oficinas de

GTI

capacitação. E reafirmou que a política dos povos indígenas era manter a floresta, manter a terra, assegurar os direitos e as políticas deveriam estar encaixadas com estas pautas. Declarou ver a desarticulação e dificuldade de diálogo com alguns atores, chamando atenção para que essas pessoas participassem da reunião do GTI, pois, segundo ela o que estava em jogo seriam as terras indígenas e a vida dos povos. Era necessário pensar numa melhor educação, onde as pessoas pudessem se sentir melhor para permanecer na floresta; também via a necessidade de mais articulação e finalizou comentando sobre a importância da formação para as pautas internacionais; entender e chegar preparado à mesa de negociação. Sra. Magaly Medeiros comentou, a respeito do Programa REM fase 2, que via de forma positiva a negociação dessa fase, com metas a cumprir, vários compromissos, com possibilidades de assinar o contrato em setembro. Informou que havia três grupos de trabalho: Regularização fundiária; Instrumentos de REDD+; Melhorar Governança e representatividade indígena. Sr. Joaquim Tashka perguntou sobre os valores de recursos que estavam sendo esperados pelo KfW e como havia sido decidido a porcentagem para as Terras Indígenas e como eram os critérios. Sra. Magaly Medeiros esclareceu que havia sido realizado um estudo de viabilidade com o IPAM, uma abordagem de Estoque e Fluxo, que garante de forma equitativa 50/50%. Segundo esse estudo seriam 11% para TI, 23% para Unidade de Conservação, 33 % produção familiar. Foi garantido 17% na fase 2 para os povos indígenas, porém ainda não estaria fechada a matriz, mas parte do recurso estava destinada para dar continuidade ao programa dos Agentes Agroflorestais e a formação de Indígenas. Sr. Joaquim Tashka considerou injusta a distribuição, que precisaria ser revista, pois o impacto era bem diferente, os povos indígenas conservavam a floresta em relação a cada família. Sra. Magaly Medeiros respondeu que seria preciso entender o porquê dessa lógica, visto que o SISA ia além do REDD+. Sra. Malu Ochoa afirmou da necessidade de outro momento para ser discutido e entendido, para fazer o controle social, para ver como estes recursos estavam sendo distribuídos, que esses temas não fossem pautas fechadas. Sr. José de Lima declarou que além do GTI, formado por doze organizações, precisariam fazer a discussão com mais reuniões extraordinárias para entender melhor e não deixar só para a reunião ordinária. Falou da necessidade de se ter esse alinhamento do recurso com o plano de gestão. Sra. Magaly Medeiros finalizou sugerindo fazer uma reunião específica para tratar disso. Dando continuidade à pauta da reunião, Sr. Marcelo Iglesias (Assessoria Indígena) apresentou o status dos doze projetos financiados pelo REM fase 1 e colocou as dificuldades na implementação devido a burocracia; apontou a necessidade de uma discussão sobre os caminhos para ampliar a participação de TIs não contempladas pelo primeiro edital indígena. Informou aos presentes sobre um saldo de um milhão e quinhentos mil reais para serem gastos até dezembro deste ano. Expôs a proposta ao grupo, na qual haveria distribuição de oitocentos mil reais para a continuidade do pagamento dos agentes agroflorestais e setecentos mil para um segundo edital indígena. A proposta foi colocada em discussão e votação. A proposta foi aprovada, com treze votos a favor. A reunião foi encerrada com os agradecimentos por parte da Sra. Magaly Medeiros e do Sr. Luís Valdenir Nukini.

Encaminhamentos:

Para os membros do GTI

- Revisar regimento interno
- Integrantes
- Articulação

Política do SISA

- Carreira profissional do AAFI (categoria/cargo)

REM Fase 2

- Necessidade de estudo de viabilidade de regularização fundiária, que tem relação direta com as salvaguardas
- Garantir continuidade dos AAFI na fase dois e a repartição de benefícios
- Subprograma indígena

Outros Encaminhamentos

- Ampliação de Participação do GTI na CEVA
- Decisão e Critérios para definição de percentual de benefícios no programa REM/SISA para povos indígenas
- Reunião extraordinária para agilizar discussões e encaminhamentos

Planejamento para reunião de avaliação com associações e organizações regionais e discussão para implementação do recurso que falta investir:

- Prazo até junho para fazer o desembolso
- 2 meses para selecionar o projeto
- Linhas prioritárias
- Comissão avaliadora (composição)
- Critérios, princípios e valores
- Definir linhas prioritárias
- Comissão para avaliar a fase 2
- Definir os critérios para cada projeto
- Definir desembolsos

Resumo encaminhamentos finais da reunião:

- Reunião do GTI com as demais associações para compartilhar informações sobre os projetos e recursos envolvidos
- Aprovada a proposta de remanejamentos de recursos
- Fazer oficina com as associações para capacitação, na primeira semana de junho, coordenada pela AMAAIC, OPIAC e CPI, visando os editais.

Participantes:

Membros do GTI

Josias Pereira kaxinawá (AMAAIAC)
Edilson Rosa da Silva Katukina (AMAAIAC)
Osmildo Silva da Conceição (OPIRJ)
Jose de Lima Kaxinawá (AEPI)
Marcelo Piedrafita Iglesias (AEPI)
Lucas Arthur Brasil Manchineri (MAPKAHA)
Maria Luiza P. Ochoa (CPIACRE)
Joaquim Luiz Yawanawá (ASCY)
Francisca Oliveira de Lima Costa (OPIAC)
José Maria Pereira (AAIH)
José Marcondes Rosa (AAPBI)
Waldir da Silva Cruz Junior (CR Alto Purus –FUNAI)
Luiz Valdenir Silva Souza (CR Juruá -FUNAI)
Aderaldo Correia da Silva (AJC)
Magaly Medeiros (IMC)
Larissa Barbosa (IMC)

Observadores

Jairo Lima (FUNAI)
Jefferson Rodrigues (FUNAI)
Petrônio Rosa da Silva (AKAC)
Lucilene Lima (APSIH)
Raimundo Santos da Silva (SEMA CZ)
Manoel Jocenir de Paula Saboia (ASPIRH)
Maria Valdenice Silva de Souza – Associação Indígena Nukini
Valdecir Sergio da silva Kaxinawá (ASPIRH)
Rosimeire Afonso de Souza Katukina
Bruno Pacífico (IMC)
Stoney Pinto (IMC)

Relator

Daniel Villamontero (CPI/AC)

Anexos

PROGRAMAÇÃO		
Horário	Atividade	Responsável
09h00 – 9h30	Abertura e boas vindas	Moderação
09h30 – 10h30	Informes <ul style="list-style-type: none"> • ATA de reuniões anteriores • COP 22 • Missão de Monitoramento REM FASE 1 • Alinhamento Estados e Governo Federal 	Magaly Medeiros
10h30 – 11h00	Sinergia SISA e a Política de Gestão Territorial e Ambiental em TIs	Zezinho Yube
11h00 – 11h30	Breve avaliação dos Avanços e Impactos do REM Fase 1:	Marcelo Piedrafita
11h30 – 12h00	Planejamento 2017 <ul style="list-style-type: none"> • Execução REM Fase 1 • Feira de Resultados 17 e 18 de julho • Reunião Indígena EII • Reunião do GT Indígena • Negociação Rem Fase 2 • Reunião do GT Indígena • COP 23 	Magaly Medeiros
12h00	Almoço	
13h00 – 16h00	Construção do Edital Indígena	Magaly Medeiros
16h00	Intervalo	
16h15 – 16h45	Construção do Edital Indígena	Magaly Medeiros
16h45 – 17h00	Encaminhamentos e considerações finais	Moderação
17h00	Encerramento	IMC e Moderação



Primeira Reunião Ordinária do Grupo de Trabalho Interinstitucional Indígena (GTI) - SISA.

Local: Sala de reunião CR Jurú / Funai, Cruzeiro do Sul

Data: 29 abril de 2017

Lista presença dos membros do GTI - 2017

Nº	Nome de representante no GTI	Instituição	Assinatura
01	Josias Pereira Kaxinawá – Titular	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC	Josias Pereira Kaxinawá
02	Francisco da Silva Piyáko – Titular	Organização dos Povos Indígenas do Rio Jurú – OPIRI	
03	José Lima Kaxinawá – Titular	Assessoria Especial de Povos Indígenas - AEPI	
	Marcelo Piedrafita Iglesias – Suplente		Marcelo Piedrafita Iglesias
04	Lucas Artur Brasil Manchineri – Titular	Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco – MAPKANA	Lucas Artur Brasil Manchineri
05	Maria Luiza Pinedo Ochoa – Titular	Comissão Pro-Índio - CPI	
06	Joaquim Luiz Yawanawá – Titular	Associação Sociocultural Yawanawá - ASCY	Joaquim Luiz Yawanawá
07	Francisca Oliveira de Lima Costa – Titular	Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC	Francisca Oliveira de Lima Costa
	Eldo Carlos Gomes – Suplente		
08	José Maria Pereira – Titular	Associação Arara do Igarapé Humaitá	José Maria Pereira

Realização

Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais



Apoio



09	Valdete da Silva Pinhanta (Wewito) – Suplente	Associação Ashaninka do Rio Amônia - Apiwtxa	Valdete da Silva Pinhanta
10	José Marcondes Rosa – Suplente	Associação Agroextrativista Poyanawa Barão Ipiranga – AAPBI	José Marcondes Rosa
11	Waldir da Silva Cruz Júnior	Fundação Nacional do Índio – FUNAI	
	Luiz Valdenir Silva Souza	Sede e Regionais do Jurú e do Purus	Luiz Valdenir Silva Souza
12	Aderaldo Correia da Silva – Titular	Associação das Comunidades Jaminawa da Terra Indígena Jaminawa do Rio Caeté - AIC	Aderaldo Correia da Silva
13	Antônio da Silva Apuriná	Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - SITOAKORE	Antônio da Silva Apuriná
14	Manoel Gomes da Silva – Titular	Organização dos Povos Indígenas Tarauacá - OPITAR	
15	Érison Nuz de Oliveira – Titular	Associação Indígena Nukini - AIN	
16	Raimundo Mateus Martins – Titular	Organização dos agricultores da terra indígena Colônia 27 – OAKAT 27	
17	Carlos Edegard de Deus – Titular	Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA	
18	Magaly Medeiros – Titular	Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais – IMC	Magaly Medeiros

Realização: Instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais, Novo Acre, CMAAC, FUNAI, CR SUR

Apoio



Hlora Valdenice Silva de Souza - Associação Indígena NUKINI
 Valdenice de Souza da Silva Kaxinawá - Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre - AMAAIAC
 Rosimara de Souza de Souza KATUKINA